

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007860-30.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fatos Jurídicos**
 Requerente: **Antonio Carlos Tadiello**
 Requerido: **Banco Santander S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

ANTONIO CARLOS TADIELLO ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **BANCO SANTANDER S/A**, todos devidamente qualificados.

Busca que sejam exibidas em Juízo cópias dos contratos especificados a fls. 06, que ensejaram a negativação de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, para que possa exercer possível direito em face do requerido.

O requerido foi citado, contestou e apresentou documentos às fls. 30/77.

Na sequência, intimado a se posicionar, o autor permaneceu inerte (cf. fls. 201).

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

Deixo de apreciar a preliminar arguida na defesa, pois o requerido apresentou os documentos pleiteados pelo autor.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No mais, a presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos que se encontravam em poder do requerido e são “comuns” ao autor.

Após a citação, o requerido veio a juízo e apresentou os documentos solicitados.

Na sequência, o autor foi intimado especificamente para se manifestar sobre os documentos juntados aos autos, mas preferiu silenciar (fls. 201).

Esse silêncio só pode ser recebido como satisfação da pretensão.

A presente decisão tem, assim, conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva do requerido contra o pedido inicial.

No mais, alcançada a finalidade sem resistência, não há que se falar em sucumbência.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e isento o requerido do pagamento de encargos da sucumbência, uma vez que o autor não demonstrou ter solicitado os documentos administrativamente.

P. R. I.

São Carlos, 21 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**